

## “Eu camelô”: da biografia ao trabalho acadêmico<sup>1</sup>

Vanusia Marlene da Silva Drumond.<sup>2</sup>

### Resumo

O presente trabalho é resultado de uma observação etnográfica dos camelôs situados em Icaraí – Niterói, buscando compreender a trajetória desses empreendedores bem como suas relações entre si, com a sociedade local e com a Guarda Municipal. Para tal, foram utilizados métodos qualitativos através de observação empírica e entrevistas com camelôs e guardas daquela localidade. O objetivo foi verificar se houve mudanças nessas relações conflituosas e no perfil desses atores sociais ao longo dos anos após um movimento de reorganização daquele espaço público por parte da gestão pública municipal.

**Palavras-chave:** Camelôs, mercado informal, conflitos, Guarda Municipal, informalidade, mercado de trabalho, ilegalidade, e vendedores ambulantes.

### Abstract

The present work is the result of an ethnographic observation of camelos located in Icaraí - Niterói, seeking to understand the trajectory of these entrepreneurs as well as their relations with each other, with local society and with the Municipal Guard. For this, qualitative methods were used through empirical observation and interviews with street vendors and guards of that locality. The objective was to verify if there were changes in these conflicting relations and in the profile of these social actors over the years after a movement of reorganization of that public space by the municipal public management.

---

<sup>1</sup> Monografia de conclusão do bacharelado em Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense defendida no ano de 2019. Foi orientadora a professora Klarissa Platero. Compuseram a banca na qual o trabalho foi aprovado pela professora Elizabeth Albernaz e pela Professora Juliana Vinuto.

<sup>2</sup> Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense.

**Key words:** Camelôs, informal market, conflicts, municipal guard, informality, labor market, illegality, street vendors.

## Introdução

Inicialmente não seria este o meu tema de pesquisa. Porém, apesar de ter escolhido uma linha de pesquisa que me move de forma pessoal, encontrei uma série de impedimentos que inviabilizaram minha pesquisa, dentre elas a falta de adesão pelos que me cercam bem como minha dificuldade em deixar claro o que realmente eu iria problematizar naquele momento. Tratava-se de um trabalho de pesquisa com mulheres, mães, irmãs e namoradas de traficantes que se utilizavam de seus corpos como moeda de troca para obtenção de vantagens e pagamentos de dívidas de seus parentes nas bocas de fumo e presídios. No decorrer da minha pesquisa, a minha interlocutora foi assassinada pela polícia junto com seu namorado traficante e mais dois comparsas, em uma “boca de fumo” na cidade de São Gonçalo. Por se tratar de uma jovem cuja família eu conheço e que vi nascer e crescer, fiquei extremamente abalada, deixando de lado, neste momento, a pesquisa que pretendo retomar num momento posterior.

Durante uma conversa informal com um professor, quando se tratava de assuntos relacionados à monografia, o mesmo me fez perguntas relacionadas ao meu suposto novo tema que seria sobre mulheres que sofreram abuso sexual e o tratamento recebido por elas por parte dos agentes de saúde. Ao ser questionada se eu teria fácil acesso ao campo, perguntou-me em que área profissional eu atuava. Respondi que trabalhava (e trabalho) como camelô na cidade de Niterói. Esse professor me trouxe à luz toda a bagagem que tenho e me mostrou que eu já tenho um campo construído, uma narrativa de desafios e conflitos vistos de dentro da área na qual eu atuo e que eu preciso além de absorver o conhecimento ao qual tive acesso na universidade, deixar aqui minha experiência, contribuir na construção e na produção de conhecimento. Tal como afirma Wright Mills (2009):

“é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio a medida em que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício; para realizar suas próprias potencialidades” (WRIGHT MILLS, 2009 ,p.22).

Desse modo, enquanto pesquisadora das Ciências Humanas, e da Segurança Pública em especial, devo usar de minha experiência pessoal, das influências do meu passado e presente que podem contribuir em meus trabalhos acadêmicos, sendo a Universidade o lugar privilegiado para realizar tal tarefa, visto que é onde cada experiência se torna única e particular, podendo influenciar na confecção de um trabalho a ser partilhado social e cientificamente.

Ser camelô é uma alternativa de trabalho dentre muitas existentes, mas também pode ser uma saída para o desemprego. A falta de formação técnica, ou de formação básica, pode ser também uma escolha entre pessoas com nível cultural mais elevado ou com profissões de reconhecimento no mercado de trabalho. Para alguns, pode ser a única saída, pois depende em demasia da relação dessa pessoa com o trabalho ou o que ela entende como trabalho, bem como dos recursos que essa pessoa possua para possibilitar sua atuação nesse meio.

Existe uma multiplicidade de perspectivas sobre o trabalho do camelô, e é interessante que se fale sobre as percepções que esses atores sociais têm sobre sua narrativa de vida. É importante que se entenda a história pessoal do indivíduo e o contexto social e cultural do mesmo, para compreender o porquê de se utilizar do trabalho na rua como uma trajetória profissional e da construção da sua identidade enquanto camelô. Uma escolha que pode ser ocasionada por um período de crise ao qual o trabalho dentro da informalidade seja o vislumbre de uma alternativa para a manutenção da subsistência desse indivíduo, mas que pode se tornar facilmente uma atividade principal, um modo de obtenção de renda que não obrigatoriamente transita pela questão de desemprego, mas sim pela forma com que ele decide atuar para gerenciar o seu tempo, suas relações de trabalho e o modo com que esse indivíduo deseja se colocar dentro do sistema econômico conhecido como capitalista. Para Cacciamali (1991), o setor informal é determinado pelos espaços intersticiais criados no sistema capitalista e não pelo excedente de mão-de-obra. Dessa forma, o trabalho informal não seria, portanto, fruto unicamente do desemprego, apesar de ser uma alternativa viável à crise no mercado de trabalho.

Vale ressaltar que o camelô pode ganhar nessa atividade bem mais do que ganharia dentro do mercado de trabalho formal, possibilitando, assim, a obtenção de coisas, bens de consumo ou melhora no estilo de vida, que seriam improváveis dentro do horizonte apresentado aos que ganham, por exemplo, um salário mínimo, tendo que, com esta quantia prover, talvez, uma família de quatro pessoas ou mais. Segundo Salvatti (1999), devido ao contexto atual e aos acasos do mercado, mesmo aqueles que elaboram estratégias condizentes com a realidade

encontram grandes barreiras para sua efetivação, o que contribui para a vivência de sentimentos de desesperança e descrença.

Proponho em minha pesquisa construir uma narrativa acerca da trajetória desses atores sociais permeada de história de vida e estórias vividas nas ruas de Icaraí, buscando entender as motivações que os levaram ali, bem como sua relação entre si e com a sociedade local e se, ao longo desses onze anos desde que comecei a trabalhar como camelô até os dias de hoje, traçando um paralelo entre o trabalho de “camelô de chão”, ou o “perde e ganha”, até a obtenção da licença; essas relações mudaram de maneira significativa. Para tanto, fiz uso de entrevistas semiestruturadas com vinte e oito camelôs, entre licenciados e perde ganha, além de dois guardas municipais, num período que compreende entre março e maio de 2019.

No Capítulo 1, trago um panorama do trabalho dos camelôs em um bairro nobre da cidade de Niterói, onde há uma diversidade de pessoas atuando nesse mercado. Ali, vendedores ambulantes informais dividem espaço com os licenciados nas calçadas, desde suas características, seus anseios e os desafios diários enfrentados para a execução dessa prática. O maior desses desafios sempre foi a relação com a Guarda Municipal da cidade, responsável pela proteção dos bens, serviços e pelas instalações do município em que se encontra a sua sede. Essa seria a definição formal das atribuições da Guarda Municipal, segundo o artigo 144 da Constituição de 1988. Para Miranda, Mouzinho e Mello (2003), essa atribuição não se apresenta de forma objetiva. Nas palavras das autoras:

“Embora o policiamento ostensivo não apareça como uma de suas atribuições, sabe-se que na prática esta tem sido uma de suas muitas funções, numa interpretação extensiva do que seria a preservação da ordem pública e do patrimônio, posto que alguns afirmam que o maior patrimônio municipal é sua população” (MIRANDA; MOUZINHO; MELLO 2003, p. 39).

No Capítulo 2 discorro sobre a relação da sociedade local com os camelôs. Nesse momento, trago à luz a percepção dos moradores locais com relação aos camelôs, o que se espera da imagem desse comerciante informal e de seu comportamento, e as relações dessa população local com uma parcela de camelôs que tende à adentrar na zona de conforto desse cliente ao frequentar os mesmos lugares, usar de um vocabulário não esperado como sendo de um camelô, e fazer uso dos mesmos serviços. Enquanto para alguns moradores não faz diferença, tratam os camelôs de forma cordial e amigável, outros se constrangem. Trago ainda uma reflexão sobre a importância do camelô para a manutenção de um modo de ganho e sustento de algumas famílias que dependem da existência dos camelôs sem trabalhar

diretamente nas barracas, mas como suporte e facilitação da logística necessária ao trabalho do camelô.

Figura 1 - Entre trabalho e sorrisos: a autora e suas interlocutoras



Rôse à esquerda, Vanusia no centro e Eliana (In memorian), à direita. Fonte: Arquivo pessoal.

## Capítulo 1

### “Ser camelô”: Desafios contemporâneos do trabalho informal

Optei por falar sobre os camelôs do bairro de Icaraí, zona sul da cidade de Niterói, por se tratar do local onde eu trabalho desde o ano de 2008, quando comecei como “camelô de chão” (apesar de nunca ter trabalhado com minha mercadoria no chão, é esse o termo usado para quem não possui barraca legalizada). Na época eu vendia roupas na mala do carro aberta, de frente para a calçada na Rua Gavião Peixoto, no bairro supracitado. Era necessário chegar muito cedo para conseguir uma vaga e estacionar num ponto viável para a realização de vendas e, obviamente, onde havia um fluxo de pessoas propensas a comprar o meu produto, ponto este já famoso entre a população de Icaraí, por ser passagem para os passeios matinais no campo de São Bento. Trata-se de um local de grande concorrência e, por isso, havia muitos conflitos entre os camelôs para que se pudesse explorar aquele local. A dimensão do espaço na rua é dinâmica e possibilita uma série de negociações a fim de alocar esses comerciantes informais de modo que o produto que ele vende corresponda à demanda dos transeuntes.

Todos os sábados e domingos, saíamos da cidade de São Gonçalo eu, meu marido à época, meu filho com então 12 anos e minha filha com então 11 anos, por volta de quatro e meia da manhã para conseguir a vaga sempre no mesmo ponto. Estacionávamos o carro e ficávamos esperando o dia clarear. Enquanto as crianças dormiam no carro, nós adultos nos juntávamos a outras tantas famílias que faziam a mesma manobra. Era comum nesse momento que houvesse divergências por conta de vaga, quem estacionou no local de quem, quem vendia a mesma mercadoria, quem atrapalhava o outro, etc. Mas, de uma forma geral, sabíamos que estávamos todos no mesmo barco, compartilhávamos informações, tomávamos juntos o café da manhã, ríamos e contávamos anedotas esperando o tão desejado “movimento”.

Minha história se confunde com a de tantas outras famílias que ali trabalham até hoje. Podemos dividir os camelôs em duas categorias distintas apesar de coexistirem no mesmo espaço: 1) os “camelôs de chão”, que vendem suas mercadorias em lonas no chão - os “paraquedas” -ou em tripés com tabuleiros ou, ainda, nos porta-malas dos carros ;2) os camelôs de barraca - os licenciados. Os camelôs de chão eram em maioria famílias que trabalhavam juntas, talvez pela necessidade de ter um vigiando enquanto o outro vendia. Havia os que trabalhavam apenas nos finais de semana e os que trabalhavam ali diariamente.

Havia também os estrangeiros, que vendiam as mercadorias no chão, sendo a maioria venezuelanos ou colombianos, que imigravam para trabalhar para um parente que os trazia do país de origem e colocava para vender as mercadorias na rua. Muitos africanos vendiam em

tabuleiros nas calçadas de Icaraí bem como em outros bairros. Estes eram, na maioria, nigerianos, senegaleses e angolanos, que vendiam óculos escuros e relógios. Vinham fugidos da miséria ou de guerras e trabalhavam desse modo para se manter no Brasil. Os africanos falavam pouco e eram mais arredios que os latino-americanos.

Eu, costureira por profissão, dona de casa desde os dezoito anos e sem vivência alguma nesse sentido, decidi trabalhar na rua como camelô devido a uma baixa procura pelos serviços de costureira, bem como pelo fato de meu marido estar desempregado. Corria a notícia de que em Icaraí poderia se fazer muito dinheiro vendendo roupas iguais às que eu fazia. Impulsio nada pela necessidade de melhorar a renda da família e continuar custeando a educação das crianças numa escola particular, não pensei duas vezes, não pensei sequer que poderia haver tantos conflitos ali por se tratar de uma área nobre, e por não ter ainda a percepção de que eu acabara de me tornar uma camelô.

A tensão era constante entre os camelôs, seja por conta do “rapa” (guardas municipais que vinham apreender as mercadorias), seja por conta de conflitos com os camelôs licenciados, os quais se ressentiam com a presença da concorrência não licenciada. Aqueles que possuíam licença viam os demais como um estorvo, uma concorrência desleal, pois estes não pagavam o tributo anual à Prefeitura Municipal de Niterói. Por serem considerados ilegais, eram, portanto, marginalizados. Quando um “ilegal” alugava uma barraca de quem possuía licença ou montava uma barraca irregular, era imediatamente denunciado à Guarda Municipal e corria sério risco de ter sua mercadoria apreendida e levada para o depósito municipal, e, nesse caso, dificilmente alguém iria tentar recuperar esses produtos. Uma das razões para que não fossem atrás da mercadoria seria a falta de nota fiscal referente às mesmas. No entanto, mesmo quem tinha nota, como era meu caso, não se atrevia a ir até lá pelo fato de não querer ser “marcado”, afinal, uma crença entre os camelôs não licenciados é a de que “quanto menos conhecido pelos guardas, melhor”. Por essa razão, especulava-se que esses produtos voltavam às ruas nas mãos de colegas que atuavam em outros bairros.

Com relação aos conflitos com os Guardas Municipais, a tensão era ainda maior que o mero desconforto interno entre camelôs. Com os guardas era caso de correria, de esconde-esconde e, muitas vezes, de enfrentamentos que podiam levar ao caos as calçadas de Icaraí. Calçadas essas ocupadas por muitos idosos e que num momento de correria poderia deixar muita gente machucada. O prejuízo causado por um enfrentamento entre camelôs e guardas municipais poderiam ser maiores para a população ou para o comércio local do que de valor

monetário para um camelô, visto que um tripé com arcos de cabelo, um paraquedas com lenços indianos ou uma caixa com papel de presente não pagariam o tratamento de uma bacia trincada em uma idosa ou a vidraça de um banco por exemplo. Daí pode-se afirmar que a Guarda Municipal em seu ímpeto de manter a ordem, contribuía junto com os camelôs a quem a gestão municipal aponta como causador de desordem, esse ônus. Mello (2004) questiona “onde estaria, afinal, o bom senso no meio de tamanha situação de imprevisibilidade”.

Pode-se dizer, pela minha experiência, que todos os “camelôs de chão” (ou, ao menos, a grande maioria deles) tentavam conseguir licença para trabalhar legalizado. Essa era a meta: não correr do “rapa”, não “pagar caixinha”<sup>3</sup>, não sofrer discriminação por parte dos licenciados, trabalhar com dignidade. Por isso, havia também quem alugasse barraca licenciada e, nesse caso, fingiam trabalhar para o dono da barraca ou ser parente auxiliar do mesmo.

Até 2014, havia uma longa fila de espera e de protocolos para obtenção de licenças, havendo, inclusive e em paralelo, um comércio de facilidades para “furar a fila” de espera. Uma licença podia ser vendida, por exemplo, por valores que variavam entre três e dez mil reais. A razão para essa fila não era outra senão o excelente mercado que havia ali, um público voraz em adquirir roupas, bijuterias, acessórios, cosméticos, comidas e uma infinidade de coisas afins. Por conta disso, a concorrência era grande entre os vendedores irregulares. Os ânimos se alteravam em diversas ocasiões, a ponto de um “pedaço da calçada” onde havia tantas brigas entre os camelôs receber, da parte de quem ali trabalhava, o apelido de “faixa de Gaza”. O apelido perdura até hoje, e os conflitos também.

Conflitos com a Guarda Municipal eram constantes. Havia os guardas considerados tranquilos e outros com fama de truculentos. Mas, se havia um consenso era o de que sempre haveria um deles para receber o “arrego” semanal. A situação do “arrego” era um aborrecimento a mais para os camelôs, o fato de pagar propina por estar ali incorre na admissão de um crime, por assim dizer. Aborrecimento maior pelo fato dessa prática ser efetuada por alguém que está ali justamente com a incumbência de coibir práticas ilegais. Pires (2010) diz que “a propina seria um objeto vinculante do arrego, a forma consagrada de seu expediente”.

“Como pude observar nas relações de camelôs com vigilantes de uma empresa privada, policiais militares e outros atores, a referência ao arrego soava quase sempre como uma reclamação. Uma troca injusta onde uma parte resultava arregaçada – plenamente satisfeita em suas pretensões, quando não ultrapassada em suas expectativas iniciais – e outra arregaçada – “dobrada” em sua vontade, contrariada em

---

<sup>3</sup>Em Icaraí, dificilmente usávamos a palavra “arrego” ou propina, a impressão que tenho é de que se sentiam menos oprimidos ao encarar essa prática como caixinha, que vem a ser então a propina paga aos guardas.



suas pretensões. O arrego naquele contexto, era um tipo de relação onde uma parte é forçada a aderir a um trato para que possa seguir desenvolvendo suas estratégias de comercialização – alguns chamavam de “estratégia de sobrevivência” em meio a uma situação de precariedade” (PIRES, 2010, p. 385).

Os guardas vinham na viatura já “descendo em cima” dos camelôs no intento de pegá-los de surpresa e, quando conseguiam êxito, tomavam a mercadoria e acondicionavam em sacos grandes que eram lacrados. Esse lacre continha uma numeração que era dada ao camelô para que pudesse requerê-la. Nem sempre essa apreensão se dava sem que houvesse resistência, correria, gritos ou xingamentos. Enfrentamentos corporais eram constantes e causavam transtornos, guardas munidos de cassetetes e camelôs com barra de ferro, pedaços de pau ou qualquer coisa que estivesse à mão avançavam uns contra os outros e era certo sair alguém machucado. Às vezes juntavam vários guardas para bater em um único homem de forma covarde e truculenta. Algumas pessoas que passavam na rua, às vezes moradores, posicionavam-se em defesa dos camelôs. Essas brigas se davam em grande parte por conta da revolta dos camelôs que pagavam arrego e se sentiam injustiçados não apenas por perder o produto que seria convertido em seu ganha pão, mas pela quebra do “acordo” quando, no caso, tratava-se de guardas para os quais depositavam o dinheiro da “caixinha”. Certa vez, durante uma briga, uma mulher que vendia em barraca irregular, “partiu pra cima” do guarda o chamando de safado e foi uma das cenas mais constrangedoras pelas quais já vi alguém passar. Segue a descrição do que presenciei:

Camelô: — *Você é safado, seu traíra!*

Guarda: — *Não sou safado, estou fazendo meu trabalho.*

Camelô: — *Vou provar que tu é (sic) safado.*

A mulher então pega o celular e disca um número. Imediatamente o telefone celular do guarda toca e ela diz:

Camelô: — *Atende aí o telefone, olha aqui o teu número!*

Mesmo os guardas que recebiam arrego, quando ordenados pelo comando tinham que fazer seu trabalho. Nesse caso, era acordado que deveria vir um aviso para que desse tempo de recolher a mercadoria, baixar a mala do carro, desmontar o tripé e, no caso dos que expunham em lona no chão, fechar o “paraquedas”. Então ficávamos por perto esperando que a então chamada “Operação Araribóia” passasse para retornar a nossos postos. O que não faltava era

“caixinha pra dar”, seja para os guardas ou para alguém ficar vigiando nas esquinas e em outras ruas, traçando um mapa em tempo real de onde a viatura se encontrava. A situação do arrego em Icaraí era tão “escrachada”, isto é, tão explícita, que até já passaram recolhendo caixinha para guarda florestal, que nada tem a ver com a comercialização de produtos expostos ali.

Por um determinado tempo, alguém teve a ideia de pagar a um motoqueiro para ficar seguindo pela cidade a viatura da Guarda. O dinheiro era arrecadado entre os “camelôs de chão” e entregue ao motoqueiro. Funcionou por um bom tempo até que um dos guardas, chefe da patrulha, resolveu parar e “enquadrar” o rapaz, querendo levá-lo à delegacia, segundo me contou um camelô que trabalhava perto do ocorrido. Entretanto, o rapaz estava com a documentação em dia e ameaçou “jogar um processo” nesse guarda.

Em outra situação, o sistema de aviso falhou e os guardas chegaram por trás de um camelô e disseram: “Perdeu!”. O rapaz de compleição forte instintivamente deu uma “braçada” e jogou ao mesmo tempo os dois guardas contra o muro do colégio, dizendo: “Perdeu o quê meu irmão? Vocês estão malucos?!”. Nisso um dos guardas falou: “Olha, meu superior tá ali na frente, bota umas peças de roupas aqui no saco pra não pegar mal e nem vir problema pro teu lado.”. Então o rapaz deu umas peças das mais baratas e outras com defeito para salvar a “manutenção da ordem” naquele dia e não “deixar mal” para a imagem dos guardas serem esculachados por um único camelô. Por outro lado ele, o camelô, queria sofrer o “derrame”, na moral. (PIRES, 2011) define essa questão do esculacho entre camelôs e guardas em suas práticas diárias.

“O esculacho soava como uma denúncia grave, uma desconsideração singular, em meio a tantas outras características de nossa sociedade, que frequentemente desigualava seus integrantes de acordo com sua posição social, seu status. Parecia representar um nível de desconsideração que impossibilitava a manutenção da ordem vigente, mesmo que esta já fosse estruturada de forma desigual; era um procedimento que perigava arremeter a vítima para fora da escala aceitável daquele cotidiano hierarquizado. (...) Não bastando submeter o oponente a tais regras, se fazia necessário, via de regra, humilhá-lo.” (PIRES, 2011, p. 150-151).

Certa vez, tive a ideia de alugar uma barraca ilegal. Fui prontamente denunciada e, justamente, o pior dos guardas que fazia “o rapa” naquela calçada veio “me dar o bote”. Quando o vi já muito perto, puxei quase todos os meus cabides com um braço e suspendi minha bolsa de roupas pesando cerca de vinte quilos no outro braço antes dele me alcançar. Diante dessa minha atitude, ele não podia tirar a mercadoria da minha mão e, então, eu fiquei ali em posição desafiadora por vários minutos até que meu marido viesse em meu socorro. Cheguei a ficar

com o braço roxo por um longo tempo. Esse guarda, a quem eu chamarei aqui de Mauro, era conhecido e detestado por todos os “camelôs de chão” por ser truculento e, dizem, por não aceitar arrego. Em todos os piores confrontos que presenciei, lá estava ele.

Um problema que preocupava a todos era a venda de CDs pirata<sup>4</sup>, pois se tratava de um “crime mais grave”, por assim dizer, e os camelôs licenciados tinham grande aversão a esse tipo de venda, era uma prática ainda menos tolerada que vender no chão. se o “perde ganha” já era considerado errado, esses então eram uma categoria dentro de outra. Misse (2007) diz que há mercados informais tratados como “legais” e mercados informais para os quais se reserva o peso preferencial da criminalização, os “ilegais”.

Esses vendedores de CDs e DVDs tinham muitos clientes em Icaraí, clientes estes que iam com listas de filmes e de cantores para fazer encomendas. Esse tipo de atividade chamava polícia, e não era raro parar uma viatura e pegar “alguma coisa”, para continuar ganhando era necessário “perder” para a polícia. Essa prática é descrita por Misse (2002) sob o conceito de “mercadorias políticas”. Essa prática por parte da polícia bem como em outros momentos, da Guarda Municipal, corrobora para a manutenção do comércio ilegal e de mercadorias ilícitas.

“Não se pode entender as formas de organização da criminalidade do Rio de Janeiro se não se atentar para o um importante papel cumprido por grupos de policiais – entre outros agentes do Estado – na manutenção do status quo. A sobreposição de dois mercados ilegais – um que oferece bens econômicos ilícitos e outro que o parasita impondo a troca de mercadorias políticas – constitui um dos eixos principais de reprodução ampliada da violência no Rio de Janeiro e de sua acumulação social” (MISSE, 2007, p.139-157).

Essa situação durou até 2014 quando a Prefeitura de Niterói abriu edital para regularização dos camelôs e abarcou nesse processo uma boa parte dessas pessoas, os “camelôs de chão”. Antes disso, havia um comércio grande por trás da obtenção de licença bem como uma manipulação política expressiva. O apadrinhamento político era constante e determinante para que se fizesse vista grossa a um ou outro vendedor irregular ou barraca ilegal, essas pessoas gozavam de certa vantagem onde se sobrepunham as demais por conta de uma intimidade ou conhecimento com esse ou aquele vereador, ou algum indivíduo provido de status social, fazendo uso do famoso “sabe com quem está falando?” (DAMATTA, 1997). A partir desse edital, abriu-se uma corrida na obtenção de protocolos, as pessoas se fecharam umas com as outras de modo que “informação era poder”, isto é, quem sabia de algo não compartilhava para não perder a suposta vantagem na corrida para recolher a documentação necessária à obtenção

---

<sup>4</sup> Para estudos mais aprofundados sobre pirataria no Rio de Janeiro, veja os trabalhos de Bezerra (2012, 2012a).

de licença, e se encaixar nos critérios de seleção. Nesse momento se instalou uma desconfiança hobbesiana entre os camelôs que tentavam se regularizar. O secretário de Ordem Pública de Niterói era o então empossado Coronel Marcus Jardim, que veio com a promessa de limpar as ruas da cidade promovendo a Operação Choque de Ordem, a exemplo de outras cidades espalhadas pelo Brasil. Essa operação focava na desobstrução das calçadas, acabar com a chamada “máfia das barracas” e diminuir o número de camelôs, além de melhorar a estética da cidade com a operação “Calçada Livre” e proibir a competição desleal dos camelôs com os lojistas. Com isso, um dos critérios seria não vender produtos oferecidos pelo comércio local. Esse coronel tinha especial apreço com o bairro de Icaraí, que foi um dos primeiros territórios a ser “reorganizado” a partir da concepção excludente de ordem por parte da gestão municipal. A Operação Choque de Ordem deixou a todos em pé de igualdade, pois o recadastramento abrangia a todos, tanto os licenciados quanto os demais. Com isso, as muitas irregularidades que também permeavam a existência dessas licenças foram administradas, resolvidas, já que muitos camelôs vistos como “licenciados” estavam com a licença irregular ou usando a de algum parente já falecido, sem falar nos que detinham várias licenças e alugavam para terceiros. De acordo com as novas regras, essa prática não seria permitida.

Hoje, para pleitear a aquisição de licença em Niterói, é necessário se dirigir à Secretaria de Ordem Pública (SEOP) com uma série de documentos e se enquadrar nos critérios exigidos pelo órgão supracitado, dentre eles, Registro Geral de Identificação (RG ou simplesmente “Identidade”), Certificado de Pessoa Física (CPF), título de eleitor e certidão de quitação eleitoral, comprovante de residência atualizado e, no caso de portador de necessidades especiais, o comprovante de tal situação. Ainda é necessário apresentar certidão de antecedentes criminais emitidos pela Polícia Federal e Instituto de Identificação Félix Pacheco.

Busquei trazer neste primeiro capítulo um panorama geral sobre o que é ser camelô na cidade de Niterói, a partir da minha experiência pessoal enquanto uma “camelô de chão” e, posteriormente, uma camelô licenciada. Dei ênfase aos aspectos mais estruturais deste trabalho articulando com estudos já produzidos sobre o tema. No próximo capítulo, tratarei dos aspectos mais singulares, refletindo sobre a relação dos camelôs com a sociedade.

## Capítulo 2

### A relação dos camelôs com a sociedade local

*“Nossa, eu nunca que ia imaginar que você é camelô. Você se veste tão bem!”*

Essa observação veio de uma colega de turma na faculdade ao saber com que eu trabalho, e me fez refletir sobre o imaginário popular que as pessoas fazem de um camelô. Como imaginam que sejam em sua individualidade, o que pensam, como se vestem, onde moram e como se comportam. Mais ainda, como esses comerciantes se veem, o quanto se orgulham ou não de seu trabalho, se eles entendem seu lugar dentro do mercado, visto que a economia informal é um fator que impacta na movimentação no comércio formal.

Entre os anos de 2008 e 2014, as vendas nas calçadas de Icaraí eram extremamente expressivas. Eu, por exemplo, enquanto “camelô de chão”, vendia em média R\$ 5.600,00 por semana trabalhando três dias nas vendas enquanto nos outros quatro dias da semana me dedicava à confecção das mercadorias que eu comercializava. Isso significa que eu deixava toda semana dinheiro nas lojas de tecidos, no fornecedor de embalagens, nos postos de combustíveis, nas “caixinhas”, nos restaurantes, etc. Em outras palavras, meu dinheiro circulava no comércio formal local. Diante disso, é possível afirmar que um camelô pode ganhar mais dinheiro nessa atividade quando comparado a alguém que esteja no mercado de trabalho formal. Mas o fato de estarem nas calçadas faz com que se crie todo um estereótipo em torno desse indivíduo que está se desviando das regras impostas estabelecidas pelo Estado. Para os gestores públicos da cidade, essa percepção do que seja um camelô não é diferente. Seriam os camelôs os *outsiders* (BECKER, 2008[1963]), transgressores de uma regra social que não contempla suas necessidades em determinado momento?

Mello (2010) demonstra quais critérios eram considerados na pesquisa social para o recenseamento dos camelôs de Niterói no ano de 2005, para a manutenção ou obtenção de licenças. Esse fato por si só mostra uma expectativa de que essas pessoas vivam na miséria e que devam permanecer nela uma vez que, por ocasião de uma visita do recenseador, qualquer percepção de progresso pode significar a perda dessa concessão. Como me relatou Dona Alda<sup>5</sup>, uma camelô licenciada da rua Gavião Peixoto, hoje com mais de 80 anos:

*“Tinha que ver menina, o sacrifício pra gente conseguir essa licença. Eu doente, meu marido aposentado, mas como a gente mora*

---

<sup>5</sup> Usarei nomes fictícios para identificar as interlocutoras e os interlocutores desta pesquisa.

*em Icaraí, a moça foi lá em casa ver o que a gente tinha dentro de casa!” (Entrevista realizada em 28/05/2019)*

Algumas pessoas com as quais conversei preferem não ser chamadas de camelô apesar de exercerem essa atividade. São pessoas que vieram de outras profissões e preferem ser chamadas de artesãs, como é o caso de Maria (nome fictício), que antes de trabalhar em Icaraí como “camelô de chão”, e hoje licenciada vendendo mercadoria confeccionada por ela mesma, ocupava um cargo de gerência em uma filial das extintas Lojas Mesbla <sup>6</sup>, e de Eliana, hoje falecida, professora aposentada que tinha barraca licenciada há mais de 20 anos na rua Gavião Peixoto.

*“Eu não sou camelô, eu sou artesã, eu faço as coisas que eu vendo, eu crio as minhas mercadorias”, diz Maria.*

*“Eu não sou camelô, eu sou professora”, dizia Eliana.*

Essas pessoas muito provavelmente se sentem incomodadas com o estigma (GOFFMAN, 1988) depositado em sua existência naquele local, preferindo negar sua identidade profissional naquele momento.

“Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo – a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma (...)” (GOFFMAN, 1988, p.6).

Outras tantas pessoas não se incomodam com a nomenclatura usada. Eu, por exemplo, sou uma costureira por profissão que sigo uma carreira como camelô por opção, assim como Maria Luíza, professora aposentada, formada em letras e fluente em alemão, que trabalha e reside em Icaraí e ostenta com orgulho sua licença e exerce sua função há mais de 20 anos por opção, estilo de vida que lhe permite dispor de seu tempo à sua maneira. Outra que não se incomoda é Rose, fabricante de artigos em couro, que produz suas próprias peças e reproduz qualquer bolsa trazida pelas madames de Icaraí, que buscam suas cópias perfeitas de bolsas “de

---

<sup>6</sup> A falência da Mesbla se deu em julho de 1999. A última loja a fechar foi a filial de Niterói em 24 de agosto de 1999.

grife” e ainda trazem etiquetas de bolsas velhas a fim de que sejam recolocadas nas novas. Rose, assim como eu, vendia na mala do carro, junto com marido e filhos, e hoje é licenciada.

A maior parte das pessoas ali não ocupa o seu tempo pensando em como são chamadas. O que importa realmente é o que adquirem nessa atividade e que, provavelmente, por conta de sua formação (ou falta desta), não conseguiriam uma posição no mercado de trabalho formal. Nas calçadas de Icaraí hoje, a configuração do camelô em décadas anteriores se desfez muito, é possível trabalhar ao mesmo tempo entre uma semianalfabeta e uma professora de língua portuguesa, esse convívio é de uma riqueza tamanha, pois ao mesmo tempo se pode observar as interações entre os indivíduos e o rumo que a economia do país está dando a profissionais que estão migrando de suas formações a fim de contornar a crise. A grande maioria dos camelôs naquele bairro é formada por mulheres que ajudam no sustento da casa, quando não são o único sustento. Chefes de família orgulhosas por ajudarem seus filhos e netos, com grande preocupação em lhes proporcionar a melhor educação, cultura e saúde de qualidade. Interessante pontuar que os filhos de grande parte das camelôs ali têm ou estão cursando o ensino superior, ou estão inseridos no mercado de trabalho formal. Inquietação comum a toda família, mesmo a que esteja ali por escolha e aptidão, que seus filhos não precisem passar por todos os inconvenientes e incertezas das ruas. Neste momento ressalto o que seria uma desvantagem ou o lado negativo do trabalho como camelô, que é exatamente a incerteza dos dias pósteros no que se refere à falta de estabilidade financeira e de condições de trabalho. Vale ressaltar que o camelô está exposto às intempéries e a falta de um vínculo empregatício que lhe proporcione, por exemplo, benefícios como férias ou auxílio doença.

## 2.1. “Camelô também vai ao Paludo!”

Essa frase é uma espécie de ironia com um fato ocorrido com uma colega, que ilustra bem o lugar onde esperam que o camelô esteja ou não. Refere-se a uma situação vivenciada por essa colega cuja cliente de muito tempo, e que sempre foi muito gentil e simpática ao comprar na calçada, ficou um tanto chocada ao se deparar com sua vendedora no bem frequentado e caro restaurante Família Paludo. A cliente imediatamente virou o rosto e fingiu não a ter visto durante o restante do tempo em que permaneceram no mesmo recinto.

*“Eles não gostam da gente, eles gostam de comprar com a gente. As pessoas gostam das nossas coisas, mas não da gente.”*, diz Carla, ex-“camelô de chão”, hoje licenciada.

A frase dessa colega veio ao encontro de observações que eu já havia feito. De fato, em muitas ocasiões já percebi certo constrangimento em clientes com quem me deparei num banco ou em um shopping. Claro que não são todas assim, mas realmente para muitas pessoas que moram ali é constrangedor ser calorosa com uma camelô, com quem pagou barato numa roupa ou bijuteria que finge ter comprado caro. Certa vez uma cliente comprou comigo uma blusa por R\$10,00, deixando claro que seria para sua empregada e não para si própria. No entanto, pouco tempo depois, encontrei-a usando a referida blusa numa das ruas mais caras de Niterói. Situações como essa também podem ser pensadas à luz do conceito de estigma trabalhado por Goffman (1988), como já aventado nas páginas anteriores.

Há uma tendência por parte dos clientes de camelôs em querer definir o preço a pagar pela mercadoria. Se o vendedor diz que a peça custa R\$ 40,00, a cliente diz: “Vou levar por R\$20,00”. A impressão que eu tenho é a de que eles entendem o fato de o camelô estar ali como um favor, como se o fato de estarmos explorando um território que não é nosso, mas deles, lhes desse o direito de acreditar que podem determinar o valor do que querem comprar. Há uma linha tênue entre a barganha – natural nas relações comerciais – e o desrespeito com o vendedor. Este se dá por uma suposição de que aquela mercadoria não tenha um custo, não seja lícita, não seja fruto de trabalho árduo. Quando acham caro uma mercadoria repetem sempre o mesmo discurso: “Camelô quer ter preço de loja, eu hein!”. O comprador paga numa loja quatro vezes mais pelo mesmo produto, mas reclama de pagar o valor pedido pelo camelô. Não passa pela mente do indivíduo que o lojista esteja sendo ganancioso, que, apesar de ter altos custos de manutenção, também tem facilidade em comprar barato no atacado e que, portanto, poderia vender mais barato. Atribui ao camelô a desonestidade considerando que o produto é barato por ser fruto de alguma ilicitude. Não considera que o camelô também tem custos.

Por outro lado, é possível fazer grandes amizades trabalhando na calçada, seja com colegas ou com algumas clientes. Há pessoas que passam a frequentar a barraca do camelô e fazem disso uma espécie de divã. Há quem passe apenas para perguntar pelas crianças ou para mostrar como as suas cresceram. Há quem trate bem e quem respeite o camelô.



## 2.2. Quem somos hoje

Dos “camelôs de chão” que conheci em 2008, pelo menos a metade conseguiu licença, enquadrando-se nos critérios da Prefeitura, que chega a pedir atestado de antecedentes crimina is a fim de conceder a licença. Em especial, essa condição me causa um certo desconforto pelo fato de excluir a possibilidade de ressocializar um cidadão lhe conferindo a chance de reinserção social. Com esse critério, a gestão pública municipal perde uma chance de talvez contribuir de forma efetiva para a diminuição dos índices de violência e exercitar na prática um projeto de ressocialização devolvendo a cidadania à ex-detentos, uma oportunidade de recomeço para quem, na prática, tem menos chances de conseguir um emprego formal por conta da resistênc ia dos empregadores. Conversando com um vendedor de balas em situação de rua, indaguei se dava para conseguir dinheiro com essa prática, ao que ele me respondeu: *“Não dá pra muita coisa não, eu vou me virando. Ninguém quer dar emprego pra quem tem documento sujo de cadeia.”*

Muitos continuam na calçada de ruas como a Moreira César e Otávio Carneiro, mas ao menos em Icaraí não se vê mais “quebra-pau” com a Guarda Municipal. Há uma certa mudança no perfil dessa Guarda, talvez explicado pela busca de qualificação por parte da gestão pública e de convênios com Instituições de Ensino Superior, como a Universidade Federal Flumine nse, para melhorar a qualidade do serviço prestado à população. Para corroborar com essa minha percepção de tranquilidade em Icaraí, perguntei a um guarda municipal se havia ainda algum conflito com camelô naquele bairro.

*“Não mesmo, porque a licença possibilitou, e muito, os camelôs a trabalharem. Atualmente quem fica no “perde e ganha” corre risco, mas dificilmente entra em confronto com o guarda. É uma questão de respeito, por exemplo, o camelô não licenciado trabalha fora do campo de visão do guarda.”* (Guarda municipal que atuou no recadastramento de camelôs em Niterói).

Outra razão para tanta tranquilidade pode ser a grande queda nas vendas: quem vendia muito bem até 2014, pode voltar para casa hoje sem realizar uma única venda, uma queda em torno 70%. Isso tem acontecido com muitos camelôs, licenciados ou não. O boom de ganhos

entre 2006 e 2014 caiu vertiginosamente em Icaraí. Pessoas que antes compravam toda semana já não conseguem manter essa prática, um grande número de aposentados pelo Estado passou a reclamar nas calçadas, uma vez que seus salários deixaram de bater em dia na conta. Nem tudo são flores na calçada. Apesar de ser uma escolha estar ali, sabemos dos riscos, entendemos que o que conseguirmos no dia de hoje não significa que em outros dias será assim. O camelô pode “fazer dinheiro”, mas também pode perder, sabe que não é e nunca será fácil. Para ser camelô é preciso versatilidade e poder de adequação às circunstâncias, o famoso “jogo de cintura”.

Hoje, nas ruas de Icaraí, somos sobreviventes, apesar de estarmos licenciados e “reorganizados” naquele espaço antes tão disputado, é comum se ouvir reclamação nos dias que seriam de maior movimento, nas datas tipicamente tidas como as melhores para se vender isso ou aquilo. todavia quem está legalizado não pensa em sair do ramo, continua esperando a volta de dias melhores e de movimento em datas comemorativas, como Dia das Mães e Natal. Se me perguntarem se há alguma desvantagem em ser licenciado é o fato de que, uma vez determinado o seu ponto, não se pode montar barraca em outro lugar. Já o “perde e ganha”, o “camelô de chão”, pode atuar de maneira fluida, se movimentando de acordo com a demanda do público.

A grande ironia é que alguns dos que conseguiram licença em 2014 esqueceram de onde vieram e implicam com novas pessoas que, porventura, cheguem para tentar “vender no chão”, reproduzindo a discriminação sofrida. Quando se encontram na posição de estabelecidos passam a segregar os novos outsiders (ELIAS; SCOTSON, 2000), não por maldade, mas por estarem agora numa posição de antagonismo, de modo a se adequar e preservar sua nova realidade, sua recém-adquirida posição de status dentro daquele grupo.

### 2.3. Quem mais depende do camelô?

O trabalho nas calçadas movimenta toda uma economia ao seu redor, o que me leva a afirmar que pessoas dependem dos camelôs para ganhar seu sustento. É necessária toda uma logística para viabilizar o trabalho nas barracas. Por exemplo, nem todos os camelôs possuem carro para transportar sua mercadoria diariamente, portanto, precisam pagar vagas em depósitos onde as deixam guardadas sob cuidados de um vigia. Existem estacionamentos que alugam vagas para as caixas de mercadorias dos camelôs afixadas em carrinhos apropriados para seu

transporte. Para levar essas caixas, pagam um carregador que pode cobrar por viagem ou semanalmente, esses carregadores muitas vezes são pessoas em situação de rua. Outra questão é a das barracas, que devem ser montadas e desmontadas todo dia, já que não podem ficar de um dia para o outro, ao contrário do centro de Niterói onde as barracas ficam cotidianamente montadas. Em Icaraí isso não é permitido por uma questão de estética, as barracas vazias enfeiam as ruas e a população local se ressentida de pagar impostos territoriais altos demais para ter que conviver com ruas feias, portanto se o camelô não quiser levar para casa sua barraca, deixa aos cuidados de um montador que realiza a tarefa e cobra semanalmente. Muitas pessoas em situação de rua, por exemplo, sobrevivem com o trabalho de apoio aos camelôs, dentre elas montadores e carregadores. É interessante observar a atuação desses indivíduos que, apesar de se encontrarem em situação de rua e comumente serem chamados de “cracudos” ou “cachaceiros”, exercem uma função de extrema responsabilidade dentro desse sistema logístico de apoio, a despeito do que apregoa o senso comum, que os vê como sujeitos incapazes e doentes, pois o camelô deposita neles a confiança de transportar toda sua mercadoria até o depósito no final do dia e de trazê-la de volta a barraca no dia seguinte, sem a necessidade de acompanhá-lo a fim de conferir a execução do trabalho. Nesse sentido pode-se dizer que há uma subestimação das capacidades e aptidões dessas pessoas baseadas em seu modo de ocupar aquela localidade, bem como o modo como se apresentam esteticamente. Veríssimo (2015) discorre sobre essa rotulação imposta a indivíduos nesse contexto de uso de crack e outras substâncias químicas ou alucinógenas, que vai além do consumo, passando para todo um conjunto de práticas não toleradas pela sociedade local, imediatamente atribuídas ao uso do crack.

“Portanto, ser ou não ser chamado de cracudo parece não remeter somente a uma prática corporal ou a um modo de uso, mas a toda uma dinâmica social ou espacial, que uma vez transformada em abstração, em fantasmagoria, ressurgiu sob a forma de xingamento ou antimodelo.” (VERÍSSIMO, 2015. Pag. 324)

Moradores de comunidades próximas também trabalham como montadores, auxiliares e compradores tirando dali seu sustento.

Ainda tem a questão da alimentação. “Quentinhas”, as populares marmitas, são vendidas a esses comerciantes e entregues nas barracas, pois os mesmos não podem sair dali para comer. Passa quentinha, passa lanche, passa café que são consumidos por cerca de uma centena de pessoas que trabalham nas calçadas diariamente (cálculo feito por alto apenas para

a Rua Gavião Peixoto). Tem gente que vai ao centro do Rio fazer compra de mercadoria para os barraqueiros, ou seja, camelô tem até comprador a exemplo de grandes lojas, esse comprador traz coisas de bazar para serem revendidas, pequenas miudezas, peças de relógios, etc. Tem fornecedor de material de apoio, como embalagens, cartões de visita e panfletos. Por todo o exposto, posso afirmar que o camelô não ganha nem perde sozinho. Ele faz parte do sistema econômico capitalista, sendo peça fundamental na engrenagem da economia local.

### Notas finais

Considerando minha proposta de traçar uma trajetória que se inicia no processo de escolha por uma nova carreira profissional, mesmo que essa seja um fator desviante de acordo com as regras estabelecidas pelo estado e pela sociedade, até a obtenção de uma permissão para que se atue na atividade desejada, sinto-me contemplada por uma nova percepção acerca das relações de trabalho e sociais dentro de uma conjuntura social, onde estamos todos tentando, por um lado, adquirir meios de sobrevivência, e, por outro, permanecer dentro de uma posição favorável na sociedade.

A academia se mostrou de extrema importância para a nova forma com que passei a observar as interações sociais, os conflitos, as negociações e as vivências de vários atores sociais, a partir do momento em que me vi, sistematizando cada um desses fatores e posteriormente comparando e explorando conceitos que se encaixavam e traziam à luz questões que, de outro modo, me passariam despercebidas, mas que estavam cheias de signos e significados.

Durante as entrevistas com camelôs e, principalmente, com as conversas informais, pude compreender a dinâmica da convivência nas ruas dentro do mercado de trabalho informal, onde há adesão a regras que não estão formalmente estabelecidas mas que fazem sentido naquele contexto e viabilizam a coexistência naquele local, de pessoas tão distintas em conhecimento, modo de pensar e opiniões diferentes, bem como com atores de segurança pública cuja função naquele local é coibir, regular ou fiscalizar suas práticas.

Ao começar a trabalhar como camelô nas ruas de Niterói, não imaginava a quantidade de implicações que essa vivência traz e a bagagem de conhecimento que pode se adquirir, o que veio a expandir os meus horizontes com relação ao que eu poderia ser ou fazer com a minha

vida e com o meu futuro a partir dali. Logo após que saí da minha zona de conforto atrás de uma máquina de costura para obter um ganho financeiro melhor, obtive também o desejo de ir além, de estar em outros lugares e de participar de atividades diversas as que estava habituada e nas quais não obtinha satisfação pessoal. Ser camelô foi de fato um divisor de águas em minha vida, aonde saí de uma posição estática, e me fez ver que eu tinha força para viver num ambiente de conflitos e incertezas. Se eu pudesse administrar esses conflitos e conviver com mais essas adversidades, poderia também ter forças para me rebelar contra um sistema machista e correr atrás de sonhos que antes julgava não serem possíveis.

A partir das minhas observações, aliadas às entrevistas realizadas, pude constatar que até o presente momento em Icaraí, as relações entre camelôs bem como com a Guarda Municipal de Niterói têm se dado de maneira diferente das de 2008, quando começo minha comparação. Hoje, pode-se considerar como uma relação de respeito, porém, por parte dos camelôs há resquícios da desconfiança de outrora e um medo se encontra velado nessa relação, e parece deixar claro a cada momento que, apesar haverem conseguido permissão para atuarem ali, não devem esquecer qual é o seu lugar dentro dessa relação de poder.

A respeito de minhas impressões e de acordo com observações ao longo desses anos, não observei nenhuma mudança significativa na relação da sociedade local no trato com os camelôs. Os camelôs estão ali, têm seu ponto pré-estabelecido, e, desde que permaneçam em seus “lugares” sociais e geograficamente por assim dizer, e que atendam a suas demandas de forma satisfatória, continuarão a cumprir seu papel de fornecer bens de consumo, com qualidade e aspecto iguais aos das lojas, porém com preços abaixo do mercado formal.

Ser camelô é mais que um modo de ganhar dinheiro ou um trabalho apenas, é uma carreira como outras tantas estabelecidas no mercado formal, apesar dos atores sociais que ali estejam não se sintam contemplados com essa forma de identificação. Somos hoje compostos por uma diversidade de profissionais que têm sido absorvidos por esse tipo de mercado como opção para driblar circunstâncias adversas e a crise em vários setores da economia formal ou mesmo por uma escolha de estilo de vida diversa que atenda melhor a suas expectativas, a exemplo do que ilustra Standing (2013) ao falar do precariado.

“Entrar para o precariado poderia acontecer para a maioria de nós, se ocorresse acidentes ou um choque eliminasse os adereços de segurança nos quais muitos vieram a confiar. Dito isso, é preciso lembrar que o precariado não compreende somente vítimas; alguns entram no precariado porque não querem as alternativas

disponíveis, alguns porque ele se adapta às suas circunstâncias particulares do momento” (STANDING, 2013, p. 97).

Essa escolha de carreira que pode vir a ser considerada como desviante, segundo Becker (2008[1963]), pois agrega a imagem dessa pessoa a um rótulo que faz com que deixe de considerar as características pessoais para olhar para o camelô através da imagem pré-concebida que existe no senso comum acerca do modo como o camelô deve se portar, se vestir ou mesmo transitar entre lugares comuns a outros indivíduos de estratos sociais distintos.

Espero que este trabalho traga contribuições não só à Academia, aqui representada pela cátedra de Segurança Pública, mas também, e principalmente, à sociedade como um todo – pois todos convivem diariamente com os camelôs nas cidades brasileira – e, em especial, aos gestores municipais quando da elaboração de políticas públicas voltadas aos camelôs.

### Referências bibliográficas

BECKER, Howard S. **Outsiders**: Estudos de sociologia de desvio. Rio de Janeiro: Zahar. 2008 [1963], 232p.

BEZERRA, Arthur Coelho. **Cultura ilegal**: o trânsito de bens culturais na era da pirataria. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, IFCS/UFRJ, 2012.

\_\_\_\_\_. Usuário é criminoso? A ofensiva dos empreendedores morais da cultura contra a pirataria de bens culturais digitalizados. In: MISSE, Michel e WERNECK, Alexandre (orgs), 2012, **Conflitos de (Grande) Interesse**: Estudos sobre crimes, violência e outras disputas conflituosas. Rio de Janeiro: Editora Garamond e Faperj, 2012a, p.131-154.

CACCIAMALI, M. C. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (orgs), **Distribuição de renda no Brasil**, Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991, p.121-143.

DA MATTA, Roberto. Brasil: Sabem Com Quem Está Falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.179-248.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.. **Os estabelecidos e os Outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

MELLO, Kátia Sento Sé. **Cidade em conflito**: guardas municipais e camelôs. Niterói: Editora da UFF, 2011. 210p.

MIRANDA, Ana Paula de; MOUZINHO, Gláucia Maria Pontes; MELLO, Kátia Sento Sé. Os conflitos de rua entre a Guarda Municipal e os “camelôs”. **Comum**, v. 8, n. 21, jul-dez. 2003.

MISSE, Michel. O Rio como bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. **Revista Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, p. 68-79, jul/ set. 2002.

\_\_\_\_\_. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estud. Av.** São Paulo, v.21, n. 61, p. 139-157, Dec. 2007.

PIRES, L. “Arregla” não é pedir Arrego: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

\_\_\_\_\_. “Esculhamba mas não esculacha!”: Uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil, Niterói: Editora da UFF, 2011, 171p.

\_\_\_\_\_. Formalidade e informalidade nos processos de administração de controle da venda ambulante em Buenos Aires. **Revista de Ciências Sociais**, v.155, p.155- 179, 2011a.

STANDING, Guy. **O Precariado**: a nova classe perigosa/ Guy Standing: Tradução Cristina Antunes – Ed.1 1 reimp – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, 276p.

VERÍSSIMO, Marcos (2015) . **Quem são os cracudos?** Apontamentos para o estudo antropológico de um ‘problema social’. Dilemas – Vol.8- nº 2 – ABR/MAI/JUN 2015- P.303-327